

# Porque e como vão destruir a universidade pública, chave do progresso científico, tecnológico e cultural do Brasil

Nilson Lage\*

*\* Professor da Universidade Federal de Santa Catarina*

*O texto que se segue parece ter pouco que ver com jornalismo, meu objeto principal de estudo. Mas é só aparência. A partir de um caso específico, que conheço bem, procuro mostrar como a imprensa pouco informada e superficial pode ser útil para o fim que se queira e como esse tipo de manobra (a) não nasce nas redações mas passa por elas; (b) ganha a cor ideológica que for conveniente; e (c) frequentemente prejudica os que alega defender.*

**O** executivo de uma empresa de ensino superior do Sul do Brasil contou-me que sua organização e outras do ramo mantêm entendimentos com *griffes* americanas para a criação de programas de ensino de graduação de alto nível e alto custo. Embora o país seja muito mais pobre do que os Estados Unidos, con-

sidera-se que tem concentração de renda tal que justificaria cursos excelentes, com anuidade da grandeza de 10 a 40 mil dólares, desde que assegurado não apenas o futuro profissional, mas também a liderança oriunda do prestígio social da marca impressa no diploma.

Não haveria, no entanto, condições ótimas para implantar novo padrão de custo, com ensino em tempo integral, hotelaria de primeira classe, laboratórios ultramodernos, viagens de estudos aos países centrais, cursos parcialmente presenciais e parcialmente ministrados à distância por ‘estrelas’ (detentores de prêmios Nobel, gestores financeiros de renome, políticos e empresários bem sucedidos), enquanto a qualidade e, principalmente, a credibilidade do sistema público não for quebrada radicalmente.

Só então aconteceria como nos EUA, onde famílias de classe média começam a juntar dinheiro quando o filho nasce para pagar seus estudos superiores ao ingressar na idade adulta. E as empresas de ensino superior deixariam de se limitar a cursos de baixa qualificação, necessariamente a preços módicos mas que dificilmente habilitam seus alunos, excedentes das universidades de primeira linha, em mercados de trabalho cada vez mais competitivos.

Na situação presente, universidades públicas de excelente qualidade e prestígio somam-se a um punhado de instituições que cobram anuidades relativamente altas, mas têm objetivos mais ideológicos do que comerciais. No entanto, universidades dessa categoria – como as pontifícias, por exemplo – , não teriam motivos para resistir a um *upgrade* das anuidades que terminaria por melhorar suas finanças e ampliar as possibilidades de ação social, quando for o caso.

Contando com a depreciação do setor público de ensino superior como favas contadas, algumas empresas educacionais das regiões mais ricas do Brasil vêm assumindo compromissos financeiros e adaptando sua imagem a novos perfis de *marketing*, quer seja com o patrocínio de equipes desportivas de primeira categoria, quer adotando novos nomes e fazendo pequenas mudanças de conteúdo nos cursos (escolas de administração passam, assim, por exemplo, a se chamar *business centers*), ou com o lançamento de projetos contínuos (não apenas na época das matrículas) e mais ambiciosos de promoção e propaganda institucional.

## A operação desmonte

Várias operações foram desfechadas para desmontar o ensino público superior brasileiro. É óbvio que uma delas é conter o salário dos professores. Mas há outras mais sedutoras, como adotar quotas que supostamente corrigiriam distorções sociais, cumprindo papel equivalente a um item da ‘ação afirmativa’ adotada nos Estados Unidos. O raciocínio, expresso por um dos vice-reitores da PUC do Rio de Janeiro em uma reunião de reitores de universidades cariocas realizada ano passado na reitoria da UFRJ, é que a qualidade do ensino, quando igualados os demais fatores, depende fundamentalmente do nível do alunado. Disse o vice-reitor que a PUC-RJ tinha sido avaliada como a melhor do país em condições de ensino, mas figuraria em nono lugar na qualidade porque ‘não tem estudantes no padrão das melhores universidades públicas’. Afora a inconstitucionalidade (se é que dá para confiar na Justiça brasileira em tema tão polêmico), o sistema de quotas, que promove o ingresso nas universidades públicas de estudantes despreparados, tende a se generalizar, derrubando os critérios de seleção por mérito, que são os mais democráticos possíveis; ampliando o número de vagas de modo a desqualificar o ensino; e desobrigando o Estado de oferecer ao povo em geral cursos básicos decentes. Assim, já há movimentos organizados para estabelecer quotas para formados no Nordeste na residência médica do Hospital das Clínicas de São Paulo, para moradores em Manaus na universidade estadual do Amazonas, além de um folclórico “Movimento dos Sem Universidade”, cujos líderes foram recebidos recentemente pelo Ministro da Educação. Se há quotas para negros (o que quer que isto seja no Brasil) e para pobres (a grande maioria do povo), por que não para deficientes físicos, anões, mães adolescentes, ex-presidiários, transexuais e outros grupos injustamente submetidos a preconceitos ainda mais destrutivos?

### Diferenças relevantes

O *apartheid* era até algumas décadas atrás procedimento legitimado em vários estados norte-americanos: a integração se fez por in-

tervenção federal e nunca se consumou inteiramente em algumas regiões. A ‘ação afirmativa’ é, assim, uma segunda intervenção, que compreende muitos outros itens (vários deles omitidos na atual gestão republicana), além da criação das quotas. Estas se explicam porque, não havendo vestibulares ou não sendo estes decisivos no sistema universitário, o aluno e sua cor se identificam e o racismo dos avaliadores, então, pode manifestar-se.

É outra a realidade brasileira. As leis discriminatórias foram abolidas com o fim da escravidão. Antes mesmo, negros notáveis compunham um passado cultural de que nos orgulhamos, da literatura de Machado de Assis à engenharia de Artur Rebouças. Jamais houve ou poderia haver discriminação racial em concursos públicos, em que se avaliam provas, não pessoas.

A colonização do Brasil foi predominantemente executada no primeiro ciclo da expansão européia, dominado pelo catolicismo e pela intenção mercantil. A miscigenação foi intensa, desde o início, quer pelo isolamento dos homens brancos – soldados, comerciantes ou gerentes –, quer pelo mando religioso que os induzia a reconhecer seus filhos com negros e índias, procedimento corrente, como se comprova em farta documentação histórica. Os mestiços – mulatos e caboclos, que a dificuldade de identificar conduz à nomeação oficial de ‘pardos’ – são aqui, por isso, reconhecidos, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos: lá, quando um(a) branco(a) constrói prole com um(a) negro(a), os filhos são considerados negros(as). É como castigar, pela não aceitação social de sua existência, o pai(mãe) branco(a) pela transgressão da lei não escrita do *apartheid*.

Com a exclusão da Região Sul, que recebeu grande número de imigrantes europeus de diversos países não ibéricos até época mais recente, há, no Brasil, comprovação genética (por exemplo, em pesquisa nacional realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais) de que a maioria dos brancos, incluindo louros, descende de negros e índios, o que se explica pelas Leis de Mendel, da genética tradicional.

O racismo é difuso e envergonhado; comportamento ilegal, que a maioria do povo considera imoral e descabido. A boa luta, então, é pela igualdade de oportunidades; inclui a promoção da auto-esti-

ma da população negra e dos excluídos em geral, bem como a melhoria das condições do ensino público e de acesso à informação. Como medida emergencial, pode-se imaginar o investimento pesado na qualidade do ensino médio – talvez sua expansão por um ano a mais – até que se consiga adequar as primeiras séries do ciclo básico ao universo cultural do aluno, melhorar a remuneração dos professores, prepará-los melhor, integrar as escolas primárias à Internet, reformular a filosofia do ensino etc.

A quota não apenas admite, mas promove e institucionaliza o racismo e a desigualdade; é um insulto ao povo brasileiro, particularmente aos negros e aos pobres, não menos capazes, em condições compatíveis, que os mauricinhos e mauricinhas que compõem a fração dominante na juventude de nossas elites. Muito pelo contrário: as estatísticas comprovam que, mesmo enfrentando luta brutalmente desigual, as classes populares representam-se com índices significativos nas melhores universidades públicas.

### **As fábricas de ‘homens cultos’**

O movimento para o desprestígio do ensino público superior não é, como diz a esquerda ingênua, algo que ocorra apenas na cúpula do poder, por pressão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Ele tem muitos braços e se desdobra em muitas ações. Será bastante ajudado, por exemplo, pelo retorno ao antigo ‘ciclo básico’, fator de desestímulo de qualquer estudante que tenha objetivos claros na vida.

Imaginem um jovem que, concluído o segundo grau, ingressa em uma universidade pretendendo ser engenheiro mecânico, analista de sistemas ou bibliotecário. Terá pela frente até dois anos de continuação do ensino genérico que conhece desde criancinha; cursará, digamos, sociologia, geografia humana, língua portuguesa (gramática, interpretação de texto), talvez ética. Que sentido verá nisso?

Argumenta-se com a pretensão de corrigir adiante o erro de agora; ou com a fantasia de formar, no ensino superior, ‘homens cultos’. Ignoram esses teóricos interesseiros que a cultura é algo pessoal, distinto em cada pessoa, resultado do que se lê, do que se vive, do

que se vê, do que se pensa, do que se quer, do que se sonha, da maneira como interpretamos o passado e o presente. ‘Cultura’ não é disciplina em nível algum de ensino.

Se escrevi que são interesseiros esses teóricos (profissionais ou amadores), obrigo-me a nomear os interesses:

1. Da parte dos porta-vozes de empresas de ensino, formar turmas maiores, com alunos dos mais variados cursos, reduzindo custos e investimentos, por exemplo, em laboratórios (que serão freqüentados por menos tempo) e salários. Um tanto de ar fresco em um negócio que patina por falta de clientes no quadro de pobreza em que vive o país.
2. Da parte dos políticos, anunciar em prazo muito curto a duplicação ou triplicação das vagas nas universidades públicas; claro que, nelas, sem contar a evasão escolar que o ciclo básico promove, o problema será dramático dentro de dois ou três anos, quando um mundo de gente tiver que ser distribuído por turmas pequenas, espaços restritos e laboratórios acanhados; mas, então, as eleições já terão passado.
3. Da parte dos acadêmicos que apóiam tal coisa, ampliar a área de influência das ciências humanas, que se transformaram, nos últimos anos, em instrumento dócil das ideologias convenientes ao Império.

## **O isolamento das universidades**

Cuida-se de impedir, pela via legal das fundações de apoio ou qualquer outra, a associação com a indústria, à agricultura e os prestadores de serviços, em pesquisa, desenvolvimento e inovação – chave, não apenas de recursos, mas de modernidade e autonomia tecnológica do país.

As fundações surgiram porque a estrutura do serviço público brasileiro reduz dramaticamente a eficácia de qualquer esforço produtivo. Há uma luta contínua entre os que mantêm os gestores sob

permanente constrangimento e os querem realizar alguma coisa: ao longo dessa disputa, que tem raízes no passado colonial, surgiram, sucessivamente, as autarquias (que, ao contrário do que o nome diz, logo deixaram de ser autárquicas, isto é, autogeridas), as fundações de direito público (em pouco tempo postas sob cabresto), as organizações de serviços – OS (atualmente na mira dos vigilantes da burocracia) e, por fim, as tais fundações privadas e ‘associações dos amigos’ da entidade. São instituições através das quais pode-se comprar algo sem que se precise prever a compra com meses ou anos de antecedência, pagar sem a ‘chatice’ do ‘empenho’, livrar-se de intermediários parasitas como as ‘agências de turismo’ contratadas por longo prazo só para intermediar passagens etc.

Essa fiscalização que, de todos suspeita, de nada adianta para conter a corrupção. A preocupação não é preveni-la: todo processo de inculpação é posterior ao feito. Alimenta a arrogância dos auditores para desaguar, quando é o caso, em uma Justiça lenta, leniente e cordial *interpares*. Poucas vezes alguém paga; quando isso ocorre, quase sempre é porque há vítimas, como se dizia no tempo da colônia, ‘possuidoras de casas com paredes grossas’.

Mais à esquerda, no âmbito do movimento sindical, procura-se desestimular a ascensão na carreira, negando a valorização salarial dos professores doutores, e premiar o ócio, rejeitando a exigência de padrão mínimo de produtividade. Como professor universitário, sinto-me envergonhado de algum colega não conseguir pontuação máxima, isto é, não ter atividade correspondente a 16 horas-aula por semana, destinando à pesquisa, orientação de alunos, redação de artigos ou participação em conselhos entre 25% e 50% desse tempo. No entanto, o que parece razoável e até justo para nós, formiguinhas, certamente não convence as cigarras dos sindicatos de professores.

## Usando a direita e a esquerda

Há antecedentes para campanhas como esta contra as universidades públicas, que vai da direita à esquerda. Embora geralmente se fale de ‘relações públicas’ como ‘atividade a favor’, algumas das

grandes vitórias do ramo foram obtidas com ‘atividades contra’ – e estas são pragmáticas, orientadas tecnicamente e sem qualquer compromisso ético ou político.

Lembro-me de que, na década de 70, a responsável pelo setor de imprensa de uma empresa pioneira em seguro de saúde foi muito elogiada entre seus pares por ter montado um setor que, a partir de informações dos médicos filiados, denunciava aos pauteiros de jornais, rádios e televisão todo e qualquer tipo de deficiência em hospitais públicos, com ênfase nos horrores mais fotogênicos. Conseguiu, assim, mediante a exposição de sangue, fezes, ratos e baratas, desacreditar a assistência de saúde que, apesar das deficiências crescentes, tinha certa credibilidade nas classes médias inferiores. Os jovens repórteres acreditavam piamente que, ao cumprir com empenho essa tarefa, ‘combatiam a ditadura’.

O mesmo aconteceu nas décadas de 50 e 60 com o ensino básico. Naquela época, em cada cidade brasileira mais populosa, havia uma, duas ou três escolas públicas de excelente qualidade. Os colégios de aplicação das universidades; no Rio de Janeiro, o Instituto de Educação, o Colégio Pedro II, o Colégio Ferreira Viana e o Colégio Militar, que admitia alguns filhos de civis, como este que lhes escreve. Como foi feito o desgaste dessas instituições? Na essência, penalizando os exames de admissão, que eram a chave do sistema, com o argumento de que ‘traumatizavam’ as crianças – como se não as traumatizassem tantas outras coisas, desde as brigas dos pais até a morte dos avós ou a violência das ruas. Por toda parte, até hoje, se impôs na rede pública o estranho critério de misturar os mais brilhantes e motivados alunos com os de menor aplicação ou interesse, nivelando os cursos por baixo. Para os colégios de aplicação, adotou-se a preferência nacional lotérica pelo sorteio.

São, todos esses, critérios pedagógicos lamentáveis, para um país em que viveram Anísio Teixeira e Paulo Freire, entre outros eminentes educadores. Em nome de um socialismo de fachada, excluir os melhores, os mais brilhantes, deixando-lhes apenas livre o caminho da liderança no tráfico de drogas, no estelionato ou, na melhor hipótese, a senda tortuosa do autodidatismo e sua eventual validação acadêmica tardia. Por pressão do setor produtivo, sobraram,

no segundo grau, as escolas técnicas federais, afora os sistemas do Senai e Senac, vocacionados, em regra, para a empregabilidade imediata.

## Traficantes de diplomas

No caso da investida sobre o ensino brasileiro de empresas multinacionais de ensino que se estruturam a partir de Miami, Los Angeles, de universidades periféricas francesas, italianas e espanholas, há também antecedentes.

O primeiro movimento neste sentido partiu de uma avaliação equivocada do ensino pós-graduado brasileiro. Considerando o número de bolsistas que o país envia para mestrados, doutorados e pós-doutorados no exterior, espertalhões dos países centrais julgaram possível validar títulos de pós-graduação em senso estrito a partir de falsas equivalências com títulos brasileiros (por exemplo, dos ‘diplomas de estudos aprofundados’, ‘licenciaturas’, ‘doutorados de estado’ e ‘doutorados do terceiro ciclo’ franceses; das especializações italianas que nomeiam seus formandos como ‘doutores’ etc.).

A Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Nível Superior (Capes) localizou perto de nove mil desses diplomas (os que pretendiam validação pelas leis brasileiras), emitidos entre 1998 e 2001, mas o número deve ser muito maior. Muitos dos beneficiários da falcatura pretendiam adicional de salário (no âmbito de instituições educacionais, de pesquisa, governos e empresas) que, em muitos casos, foi concedido na presunção de boa-fé, dispensando o reconhecimento. Dos nove mil diplomas examinados, só um foi considerado equivalente ao título brasileiro; no entanto, a única sindicância em curso, que eu saiba, ocorre no Ministério da Ciência e Tecnologia, que teve alguns de seus institutos envolvidos, junto com a UFRJ, em suposto convênio irregular. E vários dos prováveis envolvidos continuam atuando no Brasil, esta presa fácil.

Ainda hoje, universidades do Paraguai, da Espanha, dos Estados Unidos e de outros países vendem pela Internet diplomas de pós-graduação em qualquer área – da Medicina à Engenharia Espacial –

que, por motivos óbvios, trazem impressa no verso a advertência: “Sem validade no país de origem”.

Tive longa experiência em comissões de inspeção oficiais em escolas superiores particulares. Nas vezes (várias) em que desconfie de diplomas não reconhecidos aqui, como manda a lei, ou apresentados apenas em cópia eletrostática, fui instado a conversar pelo telefone com autoridades no Ministério da Educação (diversas, ao longo do tempo). A conversa terminava mais ou menos assim: “É, professor, o senhor tem razão, mas precisamos acreditar nas pessoas, ser tolerantes, afinal brasileiros são acostumados à informalidade...”

Em pelo menos uma oportunidade, um professor que pretendia lecionar disciplinas técnicas de Jornalismo por ter um doutorado em Letras obtido na Itália e validado no Brasil não foi capaz de provar que tinha graduação em qualquer área ou, mesmo, concluído o segundo grau. O certificado que uma universidade pública validou era meramente o de conclusão de um curso de especialização. Esse homem continua dando aula, remunerado como doutor, na rede particular; tudo que pude fazer foi negar-lhe a pretensão do exercício do jornalismo, mas tenho dúvidas se ele, que já chegou tão longe, atingirá seu objetivo buscando a pessoa certa no lugar certo.

Numa idade em que se devem evitar aborrecimentos inúteis, procuro fugir ultimamente desse tipo de serviço.